

A atenção psicossocial e os desafios do contemporâneo: um outro mundo é possível.

Silvio Yasui

O presente texto tem por objetivo evidenciar o processo civilizador da Atenção Psicossocial, aqui entendida como paradigma transformador da Reforma Psiquiátrica, refletindo as tensões que este processo apresenta no que se tem nomeado como contemporâneo.

Aquele termo, está em referência a Idade Contemporânea, período específico atual da história do mundo ocidental, iniciado a partir da Revolução Francesa. Seu início foi marcado, um século antes, pela filosofia Iluminista, que elevava a importância da razão. Somente ela, a razão, estabelece uma relação entre a ação humana e a ordem do mundo. Instrumentalizada pela ciência, a razão comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais e coletivas e substitui a arbitrariedade e a violência do Estado, pelo direito e pelo mercado, proporcionando a humanidade o progresso rumo à abundância, à liberdade e à felicidade. Este é o ideário que tem na racionalidade científica um dos seus pilares de sustentação. Um olhar mais atento sobre a condição da civilização neste início de milênio basta para demonstrar o quanto, séculos após, isso está longe de se cumprir.

Por outro lado, o conceito de civilização merece também algumas considerações. Ele se confunde com o da modernidade e surgiu para diferenciar a sociedade européia, branca, masculina, cristã, dos povos do recém-descoberto “Novo Mundo”. Nasceu para construir uma identidade em oposição ao estrangeiro, ao diferente, ao bárbaro, ao outro. Esta oposição, que apresenta uma grande ambigüidade, é tema de intenso debate, especialmente após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001. As duas grandes guerras mundiais, as diversas guerras étnicas e separatistas, os diversos genocídios, e outros inúmeros fatos, para ficar apenas no século XX, demonstram que encontramos atos bárbaros no interior das sociedades civilizadas, especialmente as que chamamos de modernas, cometidos em nome da defesa destas mesmas civilizações, muitas vezes com o “refinamento nos modos” e a “alta tecnologia”. Os campos de extermínio da Alemanha nazista foram respostas “racionais” e “tecnológicas” a uma necessidade: o modo mais eficiente e eficaz de eliminação, uma mórbida linha de produção. Neste sentido, o projeto Iluminista de uma evolução civilizadora rumo à liberdade, à felicidade, engendrou, também, barbárie. Assim uma dúvida pode ser colocada: quem é bárbaro e quem é civilizado neste mundo contemporâneo?

Wolf (2004) busca responder a esta questão, analisando três diferentes sentidos do binômio civilização/barbárie: a primeira considera a civilização como um processo progressivo, no qual os povos são libertados dos costumes grosseiros e rudimentares de sociedades tradicionais e fechadas para se “civilizar”, ou seja, para abrir-se em uma sociedade mais complexa e urbanizada, permeada por costumes e modos polidos, elegantes, refinados. Norberto Elias (1993) descreve como, entre os séculos XI e XIX, se desenvolveu esta modelagem da sensibilidade e do comportamento humanos. Bárbaros serão aqueles que se comportam como brutos, grosseiros e desconhecem as boas maneiras. Uma segunda visão diz respeito à civilização como as ciências, as letras e as artes, como o patrimônio mais elevado de uma sociedade. Não propriamente toda a cultura, mas sua parte mais especulativa, contemplativa, espiritual. Aqui bárbaros serão todos aqueles insensíveis ao saber ou à beleza pura. E por fim, um terceiro sentido que designa tudo aquilo que nos costumes pressupõe o respeito pelo outro, assistência, cooperação, compaixão, conciliação e pacificação das relações. Aqui, barbárie está relacionada a tudo o que supõe uma violência vista como primitiva ou arcaica, a uma luta impiedosa pela vida. Representa aqui a perda de qualquer sentimento humanitário. Após buscar os pontos comuns a estes três sentidos, analisa duas posições teóricas que, por um lado, admitem um sentido etnocêntrico, uniformizador e expansionista para o conceito de civilização, ou seja, civilizado “somos nós”, bárbaros “são os outros”. E, por outro lado, uma posição relativista que afirma ser impossível afirmar qual povo é mais civilizado do que outro, o que nega qualquer valor humano como universal. O autor procura apresentar uma posição alternativa buscando exatamente este valor universal. Para ele, bárbara é toda cultura que não disponha, em seu interior, de possibilidades que lhe permitam admitir, assimilar ou reconhecer uma outra:

Conseqüentemente, diremos que uma cultura específica é “civilizada” quando, independentemente da riqueza ou da pobreza de sua cultura científica, de seu nível de desenvolvimento técnico, ou da sofisticação de seus costumes, ela tolera em seu seio uma diversidade de crenças ou práticas (excluindo-se, evidentemente, práticas bárbaras). Uma cultura civilizada é sempre virtualmente mestiça (Wolf, 2004, p. 41-42).

Bárbaros são aqueles que acreditam que sua cultura é a única forma de humanidade possível, aqueles que são incapazes de pensar no uno e no múltiplo. São incapazes de conviver com a alteridade, com o estrangeiro, com o outro. Portanto existem práticas ou culturas bárbaras e civilizadas.

Nesta perspectiva pode-se pensar no processo civilizador como um movimento que busca construir esta sociedade mestiça, marcada pelo diálogo, pela convivência e por um profundo respeito às diferenças. Para Kehl:

Tolerar o estranho não significa apenas permitir que ele exista em algum lugar, longe de nós. Não significa apenas suportar que ele ocupe a periferia de um mundo no qual nós, modernos civilizados, supomos ocupar o centro. Abrigar e tolerar o estranho é permitir que ele nos desestabilize permanentemente, deslocando nossas certezas, borrando as fronteiras de nossa suposta identidade, oferecendo traços identificatórios que frustram o outro projeto moderno, de unicidade, e individualidade. Tolerar o estranho é tolerar também a incerteza que ele traz (Kehl, 2004, p.102).

Essa relação com a alteridade está no centro da discussão na saúde mental. Não há personagem que afirme mais radicalmente a sua diferença do que o louco. Neste sentido a Atenção Psicossocial, aqui compreendida como o paradigma transformador da Reforma Psiquiátrica, não pode ser confundida com uma transformação nos serviços de saúde mental, ou seja, em uma modificação na organização institucional das formas de cuidado ou dos processos de trabalho. É muito mais ampla e complexa. Refere-se à ousadia de inventar um novo modo de cuidar do sofrimento humano, por meio da criação de espaços de produção de relações sociais pautadas por princípios e valores que buscam reinventar a sociedade, constituindo um novo lugar para o louco. Isto implica em transformar as mentalidades, os hábitos e costumes cotidianos intolerantes em relação ao diferente, buscando constituir uma ética de respeito à diferença.

Trata-se de um projeto civilizatório no mesmo sentido que Sergio Arouca atribui a Reforma Sanitária, como pode ser lido no material de divulgação da 12ª Conferência Nacional de Saúde que apresenta assim sua idéia:

A Reforma Sanitária não é um projeto técnico-gerencial, administrativo e técnico-científico; o Projeto da Reforma Sanitária é também o da civilização humana, é um projeto civilizatório, que, para se organizar, precisa ter dentro dele valores que nunca vamos perder, pois o que queremos para a Saúde, queremos para a sociedade brasileira.

Ao falarmos dos princípios da Reforma Sanitária, compartilhados pela Atenção Psicossocial, que são a universalidade, acessibilidade, igualdade, equidade, integralidade, descentralização, municipalização, intersertorialidade e controle social, estamos a falar não apenas de princípios de um sistema gerencial, tecno-assistencial que organizam um sistema de produção de cuidados de saúde. Estão aí implícitos valores que apontam para o projeto de

uma sociedade com justiça social, em que todos os cidadãos são livres, iguais e podem ter acesso, na medida de suas necessidades e de maneira integral, aos bens, serviços e às ações de promoção de saúde, entendida em seus múltiplos determinantes sociais. O que implica acesso não apenas à especificidade da saúde, mas também a uma coletivização de distintos bens e riquezas produzidas pela sociedade, por meio de políticas sociais e econômicas. Projeto que implica, também, em uma ativa participação da comunidade na gestão e no controle. São princípios e valores que tensionam cotidianamente as relações sociais produtoras de desigualdades, de heteronomias, de injustiça, de uma quase barbárie.

Valores que possuem a consistência concreta de atos e gestos cotidianos que podem fazer a diferença na vida daqueles que tomamos o encargo e a responsabilidade de cuidar. Por exemplo, atos de generosidade, de hospitalidade, de respeito à diferença. Estes são antônimos de avareza e hostilidade ao outro, valores tão cultivados pelo modo de levar a vida regido pelo individualismo e pela busca frenética de acumulação e de competitividade. Busca, também, de uma auto-suficiência que Joel Birman aponta como característico do modelo de subjetivação contemporâneo, promovido pela cultura do narcisismo e do espetáculo. De acordo com Birman:

A auto-suficiência, como princípio, implica uma hierarquia de base, segundo a qual alguém pode afirmar que pode prescindir dos outros, pois se bastaria. O que significa dizer que um tal sujeito se coloca em uma posição de superioridade ontológica em relação aos demais, tendo seu valor incrementado (Birman, 2000, p. 184).

Para ele, a auto-suficiência é uma ilusão, uma pretensão com a marca do absurdo, pois pressupõe um autocentramento que se alimenta ao colocar o outro em uma posição de coisa. O que importa é o engrandecimento do “eu” às custas do outro, em uma cena construída para o olhar, para o espetáculo.

Se a barbárie refere-se a esta posição de fechamento ao diferente, esta auto-suficiência, esta cultura do narcisismo aponta para um traço de barbárie de nossa sociedade contemporânea que tende a negar a possibilidade da diferença e vê no outro, na alteridade, algo que ameaça, algo a ser destruído, eliminado. Barbárie é não aceitar o outro como diferente. Este traço tem consequências cotidianas que estampam todos os dias as páginas dos jornais: da violência urbana cotidiana à guerra no Oriente Médio. Há claros indícios de barbárie nesta sociedade com sua economia globalizada.

Os valores que propomos neste projeto civilizatório são, assim, contra-hegemônicos. Valores, que quando colocados em ato, revelam a nossa disposição para a convivência, para a aliança, para a mudança. Valores que se constroem e se transmitem na relação, nos encontros que estabelecemos nos nossos locais de trabalho, nas nossas ações de cuidado, de docência, pela vida. Valores que tomamos como inspiração. Valores que nos fazem exemplos. Valores que nos levam a construir redes, laços de “fraternidade”, de “solidariedade”. Birman afirma que:

[...] podemos dizer que a ênfase recentemente colocada na experiência da fraternidade é uma espécie de antídoto face aos imperativos da cultura do narcisismo e da sociedade do espetáculo, na medida em que a categoria ética da fraternidade enuncia uma outra concepção possível de subjetividade. Nesta, com efeito, o outro importa para o sujeito e muito até, estando ambos no mesmo barco da existência (Birman, 2000, p. 178).

Importância que nasce da clara consciência de nossa efemeridade, de nossa incompletude. Fomos lançados na aventura humana da existência, desarmados. A fraternidade implica nessa igualdade dos sujeitos, nessa viagem pelo tempo e pelo cosmos, fundada na precariedade. Complementa Birman:

Portanto, a solidariedade é a consequência imediata da ética do laço fraterno. A solidariedade entre as pessoas é o que se manifesta no registro tangível das relações humanas, como o desdobramento da fraternidade. Por isso mesmo, esta como ética implica necessariamente uma política, uma ação coletiva mediante a qual os laços sociais são tecidos pressupondo a mútua precariedade dos agentes e que visa justamente a impedir que a usurpação da igualdade possa de fato se efetivar (Birman, 2000, p. 185-186).

Talvez possamos pensar na fraternidade e na solidariedade como valores promotores de bons encontros. Encontros que produzem efeitos, ressonâncias. Produzem alianças. Os atores e as ações desse processo de mudança proposto pela Atenção Psicossocial urdem este entrelaçamento de desejos de pessoas isoladas que, em um determinado momento histórico, se transforma em processo social constituído de desejo e vontade coletiva, que vai implicando mais atores, ampliando sua atuação para diferentes campos. Como exemplaridade, podemos assinalar que, a arte incorpora e participa deste processo, por meio do reconhecimento das obras produzidas pelos loucos, ou de livros e filmes¹. O projeto civilizador possui uma

¹ Por exemplo, nas artes plásticas podemos citar que na exposição comemorativa dos 500 anos do descobrimento, havia uma mostra composta exclusivamente por obras de pacientes psiquiátricos, com destaque para a obra de Arthur Bispo do Rosário. Na literatura,, temos o clássico livro *O Alienista* de Machado de Assis, e

dimensão de caráter essencialmente histórico. Trata-se da construção do homem. Isso nos remete a dimensão do cotidiano. É nesse cotidiano que se encena essa construção. Para Agnes Heller:

[...] a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana como todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seu sentimento, idéias, ideologias (Heller, 1989, p.17).

É no cotidiano que a Atenção Psicossocial inventa permanentemente as suas ações, que se produzem os encontros com o drama do existir, que se constroem estratégias de cuidado, que se organizam modos de habitar o mundo. Esta arte do cuidar, que se concretiza na produção constante, no fazer-acontecer, produz relações sociais norteadas pelos valores da solidariedade, da coletivização, criando resistência à conformação, à mesmice. Michel de Certeau (1994) chamou de reinvenção do cotidiano. Este autor analisa aspectos da história, construída no cotidiano por indivíduos, os quais não são considerados protagonistas destes relatos históricos. Ele resgata este indivíduo como personagem central, que se apropria de idéias dominantes para adequar à sua realidade, no sentido de viver e sobreviver neste cotidiano já dado. Trata-se de uma arte do fazer que desfaz, do construir desconstruindo.

O que nos remete novamente, ao pensamento de Agnes Heller, para quem só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável.

É neste paradoxo e contradição do nosso cotidiano que talvez se possa encontrar a potência para construir caminhos de mudanças. A hipótese de Marx de que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”², se apresenta como desafio a todos que desejam transformar o mundo. O cenário é a vida de todo dia.

o livro de Carrano, Canto dos Malditos, o qual inspirou um filme de grande sucesso intitulado *Bicho-de-sete cabeças* de Laís Bodanski.

² MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni et al. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, Coleção Os Pensadores: página 329.

Falar da transformação nestes tempos pode soar como aspiração ingênua. Mundo que parece não apresentar alternativas levando-nos a certo fatalismo conformista de um pensamento neoliberal que proclama o desaparecimento das ideologias e o surgimento de uma nova história, sem interesses antagônicos, nem luta de classes, produto de uma economia globalizada, massificante e massificada, na qual todas as relações são regidas pela lógica regulatória do mercado. Fatalismo que, por isso, nega e destrói os sonhos e as utopias. Mas temos o sopro de esperança de Paulo Freire, para quem a utopia é uma necessidade fundamental do ser humano, pois:

[...] não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização. É neste sentido que tenho dito em diferentes ocasiões que sou esperançoso não por teimosia, mas por imperativo existencial (Freire, 2001, p. 85-86).

Imperativo categórico que faz compreender a história como possibilidade, como projeto da construção do amanhã (Freire, 1992). Utopia aqui não é modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, justa e generosa, porém impraticável, irrealizável e nem tampouco, desejos, idéias e crenças que os seres humanos constroem e que aguardam a sua realização para um futuro distante.

As utopias como apresenta Ernst Bloch (2005) se formam dos sonhos de olhos abertos, sonhos diurnos, e têm como princípio básico a esperança. São da ordem dos projetos alternativos de organização social capazes de indicar potencialidades realizáveis e concretas contribuindo desta maneira para sua transformação da sociedade. Sua realização se constrói no presente, nos gestos e nas ações cotidianas. São valores marcados pelo seu tempo histórico que os inspiram e, por isso, nunca completamente formulados. A esperança tem uma função utópica que é a de antecipar/vislumbrar o possível, o diferente, a liberdade. Olhar que vê, por entre as densas brumas matinais da mesmice cotidiana, a possibilidade do alvorecer de um novo amanhã e que o autor chama de otimismo militante. Este autor afirma que:

Redobrando-se a coragem e o saber, o futuro não virá como fatalidade sobre o ser humano, mas o ser humano virá sobre o futuro e ingressará nele com o que é seu. Aqui o saber, que necessita da coragem e, sobretudo da decisão, não pode assumir a forma mais comum do saber habitual, a forma contemplativa, pois o saber meramente contemplativo se refere forçosamente ao que já está concluído e já passou, não tem mais meios diante de coisa presentes e é cego para o futuro (Bloch, 2005, p. 196).

Mais uma vez nos lembramos de Marx a propósito da práxis. Trata-se não de contemplar o mundo, mas de transformá-lo. E quem o transforma também é transformado por

ele. O futuro se coloca como um campo de possibilidade que nos convoca, que nos incita, que nos provoca a agir.

E para que este otimismo não seja aqui entendido como aspiração romântica, alienada das condições históricas concretas, reafirmo que não acredito que uma proposta contra-hegemônica como a da Atenção Psicossocial, avance como mudança de modelo em gestões politicamente conservadoras. Neste caso, há um limite ideológico dos protagonistas que os impedem de avançar, com interesses e visões de mundo diferentes. Mesmo Bloch alerta declarando que:

[...] no caminho para o novo, geralmente – ainda que não sempre – deve-se proceder passo a passo. Nem tudo é possível e executável a qualquer hora: condições ausentes não só atrapalham como também chegam a impedir (Bloch, 2005, p. 203).

Nossa utopia, nossa esperança, aposta neste infinito campo aberto de possibilidades que é o existir. Mudar o mundo é nosso *dever*. E a esperança nosso princípio ético. Desconstruir/desfazer os dispositivos sociais que produzem os diferentes manicômios e inventar/construir/fazer ao mesmo tempo novos dispositivos sociais, que trazem não apenas os loucos como protagonistas centrais de sua história, mas toda esta gente excluída, os humildes, os humilhados, aqueles que não contam. Fazer acontecer, pequenas revoluções cotidianas que ousam sonhar com uma sociedade diferente. A Atenção Psicossocial é assim, feita de sonhos, utopia e esperança.

Um outro mundo é possível.

Referências bibliográficas

BIRMAN, J. Insuficientes, um esforço para sermos irmãos! In KEHL M. R. Função fraterna. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

BLOCH, Ernst O principio esperança. Volume 1. Rio de Janeiro; Contraponto e EDUERJ, 2005.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: as artes do fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

ELIAS, N. O processo civilizador – formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FREIRE, P. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

——— Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HELLER, A. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

KEHL, M.R. Civilização partida. In NOVAES, A. Civilização e Barbárie. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 101-124.

WOLF, F. Quem é bárbaro. In NOVAES, A. Civilização e Barbárie. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 19-43.